

ESCÂNDALOS POLÍTICOS E ELEIÇÕES NO BRASIL¹

SCANDALS POLITICAL AND ELECTIONS IN BRAZIL

Vera Lucia Michalany Chaia²

Resumo: Desde 1989, durante o período eleitoral para presidente, vem sendo divulgada uma série de escândalos políticos que imprime uma nova dinâmica na vida política brasileira. Com o poder da mídia e o sistema de controle institucional, a vida privada e pública das lideranças políticas ficou visível, isto significa que se tornou mais fácil investigar os segredos particulares e também os 'segredos de estado'.

Por meio da análise de alguns escândalos surgidos durante os processos eleitorais no Brasil (2006 a 2014), busca-se compreender as determinantes dos escândalos repercutidos pela mídia e analisar as consequências desses fenômenos para a política brasileira.

Palavras chaves: Escândalo Político. Eleições. Mídia.

Abstract: Summary: Since 1989, during the election period for president, a series of political scandals has been disclosed that a new impetus in Brazilian political life. With the power of the media and the institutional control system, private and public life of political leaders was visible, this means that it has become easier to investigate the particular secrets and also the 'state secrets'.

Through the analysis of some scandals that emerged during the elections in Brazil (2006-2014), we seek to understand the determinants of passed scandals by the media and analyze the consequences of these phenomena for the Brazilian policy.

Keywords: Political Scandal. Elections. Media.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Jornalismo Político do VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), de 22 a 24 de abril de 2015.

² Livre-docente pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do departamento de Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pesquisadora do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política) da PUC-SP, do CNPq e da FAPESP – vmchaia@pucsp.br. O artigo se insere no Projeto Temático “Lideranças Políticas no Brasil: características e questões institucionais” (nº 12/50987-3) financiado pela FAPESP. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

1. Escândalos Políticos: características³

Desde 1989, durante o período eleitoral para presidente, vem sendo divulgada uma série de escândalos políticos, imprimindo uma nova dinâmica na vida política brasileira. Com o poder da mídia e o sistema de controle institucional, a vida privada e pública das lideranças políticas ficou visível; isto significa que se tornou mais fácil investigar os segredos particulares e também os 'segredos de estado'.

Por meio da análise de alguns escândalos surgidos durante os processos eleitorais de 2006, 2010 e 2014 no Brasil, busca-se compreender as determinantes dos escândalos repercutidos pela mídia e analisar as consequências desses fenômenos para a política brasileira.

Na sociedade contemporânea, em que a centralidade dos meios de comunicação é um fato, ocorre a adequação da política a estes meios. As lideranças políticas necessitam da mídia e conseguem se firmar nesta situação à medida que sua imagem é veiculada por esta. A publicização torna-se fundamental para deflagrar ou firmar qualquer carreira política. No entanto, este processo de publicização pode acarretar problemas para estas lideranças, pois a arena da política está mais exposta a riscos, e os políticos não conseguem controlar a visibilidade e o poder da mídia.

Por que aparecem os escândalos políticos e quais as consequências para a vida política e social? O sociólogo John B. Thompson (Thompson, 2000), professor da Universidade de Cambridge, Inglaterra, construiu uma Teoria Social do Escândalo para compreender este fenômeno sociopolítico. O escândalo é aquele fenômeno que se traduz em ações ou eventos que podem afetar a reputação de pessoas, supondo a existência de transgressões a valores, códigos morais, levadas ao domínio público e que provocam reações. Os escândalos devem ser qualificados dependendo da sociedade em questão, pois valores e normas variam dependendo do contexto sociopolítico.

³ Texto inicial baseado na pesquisa de Chaia, Vera sobre Escândalos Políticos e Mídia: casos na vida política Brasileira – período de 1999 a 2001, financiada pelo CNPq.

Em sua Teoria Social do Escândalo, John B. Thompson tem como objetivo compreender o desenvolvimento dos escândalos políticos em diferentes culturas e países. Para tanto, o autor realiza uma análise sistemática do fenômeno do escândalo político, como produto da sociedade moderna, como também se preocupa em compreender as implicações que este fenômeno traz para a natureza e a qualidade da vida pública.

A emergência de um escândalo depende do conhecimento de outros, ou seja, envolve um grau de conhecimento público. Ao se tornarem públicas e visíveis, tais ações se tornam conhecidas dos outros. Nesse sentido, é crucial o papel da comunicação midiática na divulgação e publicização.

Uma das características da comunicação midiática é a possibilidade de divulgar e de circular informações referentes a um determinado escândalo numa esfera que transcende o tempo e o espaço da sua ocorrência. O escândalo pode se espalhar rapidamente e de maneira incontrolável, sendo difícil reverter-se o processo, tanto que uma das consequências imediatas do escândalo político é o prejuízo que traz à reputação dos indivíduos envolvidos. Portanto, o escândalo é um fenômeno que atinge a reputação dos indivíduos e é um risco sempre presente em um escândalo irrompido. Thompson considera que a reputação possui um poder simbólico, pois é um recurso que os indivíduos podem acumular, cultivar e proteger.

Os indivíduos envolvidos em escândalos podem se defender de várias maneiras das acusações: entrar com uma ação na justiça, resolvendo os problemas numa corte legal; rejeitar as acusações; negar as transgressões ou o envolvimento... Outra estratégia utilizada é a confissão pública, visando angariar simpatias dos outros com este ato.

Frequentemente escândalos e corrupção são confundidos, porém são fenômenos distintos, e a relação entre os dois é variável. Sherman (1990), citado por Marco Otávio Bezerra, comenta que o *escândalo* envolve “estágios de desenvolvimento: revelação, publicação, defesa, dramatização, execução (julgamento) e rotulação”.

Corrupção pode se transformar em um escândalo, mas nem todo escândalo envolve corrupção. Quais as condições adicionais para que atividades corruptas se constituam em escândalos? A corrupção precisa ser descoberta para se tornar escandalosa, pois, se as atividades de corrupção permanecerem escondidas dos outros, estarão protegidas de uma provável investigação pública.

Corrupção envolve infração, violação de regras, convenções ou leis e somente será denunciada se os outros (não participantes) considerarem as violações suficientemente sérias e importantes para serem reveladas, expressando-se vigorosa desaprovação de atos. Portanto, a articulação pública do discurso denunciatório trazido a público é a condição final para que uma corrupção se transforme em um escândalo.

O escândalo não é um fenômeno novo, pois casos escandalosos, de vários tipos, existiram em muitos períodos da nossa história, mas, com o desenvolvimento das sociedades modernas, a natureza, a escala e as consequências dos escândalos sofrem alterações. Agora emergem os “escândalos midiáticos” que, na avaliação de Thompson, se caracterizam não só pelo fato de serem tratados pela mídia, mas por envolverem outra dimensão espacial-temporal e de extensão. Não são mais fenômenos localizados, pois podem adquirir também uma dimensão nacional e até global, exatamente pela expansão e desenvolvimento das comunicações.

Associado a este desenvolvimento, Thompson destaca a profissionalização dos jornalistas e o surgimento do jornalismo investigativo. Agora alguns jornalistas se consideram “guardiões do interesse público” e atuam no sentido de revelarem os segredos dos poderes. Também não se pode deixar de considerar que existe um interesse comercial na divulgação dos escândalos, já que este fenômeno ‘vende’.

Outro aspecto a ser considerado é que o surgimento do escândalo midiático está relacionado com as transformações sociais do mundo moderno, que tem redefinido as relações entre a vida pública e a vida privada, pois agora novas formas de visibilidade e publicização se fazem presentes, provocando novas relações entre escândalo e mídia e entre ações e interações sociais.

Porém nem todos os escândalos são assuntos midiáticos, explorados pela mídia. A quem interessa certos escândalos? A visibilidade midiática é utilizada para que certos grupos/pessoas alcancem certos objetivos: desmoralizar uma liderança, condenar um político, 'matar' um adversário e vingança. Na realidade estas lideranças ficam 'presas' nas descobertas da mídia, o que pode provocar um desfecho não premeditado pelos agentes desencadeadores e deflagradores do escândalo.

Autoridades públicas, a partir deste momento, adquirem um tipo de publicização que prescinde da presença física. Os governantes fazem uso da comunicação não somente como veículo para divulgação de decretos oficiais, mas também como meio de produzir a sua própria imagem. Portanto, a visibilidade presente nos dias atuais é benéfica para que as lideranças políticas sejam conhecidas, mas também deve ser avaliada com desconfiança, pois agora a mídia torna visíveis as atividades que estavam 'escondidas' do público em geral e cria um campo complexo entre imagens e informações fazendo com que a visibilidade midiática se torne difícil de ser controlada, podendo se transformar numa armadilha para as lideranças.

O papel desempenhado pela mídia na publicização do escândalo político também é reforçado pelos 'espectadores' que acompanham freneticamente e ansiosamente os passos e as descobertas da mídia ou das autoridades competentes sobre determinados acontecimentos ou pessoas.

O desenvolvimento temporal do escândalo midiático também depende de outras instituições, como a justiça e instituições políticas e até policiais. Tal escândalo possui um começo e um fim e se desenrola como uma novela, acompanhada por ávidos espectadores, ou como um folhetim, consumido freneticamente por leitores que acompanham todas as etapas da "história". O término do escândalo pode implicar uma confissão, uma resignação, um inquérito oficial e um julgamento. Também existe a possibilidade de este escândalo desaparecer gradualmente da mídia, quando passar a não mais despertar o interesse público.

Além dos indivíduos envolvidos diretamente no escândalo midiático, Thompson também ressalta que muitos e diferentes agentes e instituições podem estar

envolvidos na criação e no desenvolvimento dos escândalos. Cita como exemplo a polícia e outros agentes da lei que frequentemente possuem um papel crucial, pois realizam investigações das atividades que se tornaram foco do escândalo e contribuem com novos elementos reforçando a necessidade de investigá-lo.

O autor pergunta: o que faz com que um escândalo seja um escândalo político? Um dos elementos que distingue o mero escândalo do político é que a arena de discussão é outra; implica em lideranças políticas que estão envolvidas com o poder político num campo político (definição utilizada por Pierre Bourdieu). Os escândalos podem aparecer em diferentes regimes políticos, desde regimes autoritários até regimes em que predomina a democracia liberal. Porém, o regime que favorece a maior ocorrência dos escândalos políticos é a democracia liberal, pois tal regime possui algumas características que o diferenciam dos outros: a) política neste regime é um campo de forças em competição, organizadas e/ou mobilizadas em torno de ideias, partidos e grupos de interesse; b) a reputação dos políticos é importante neste regime porque prevalece uma institucionalização do processo eleitoral e, para se ascender ao poder e obter sucesso eleitoral, um dos elementos chaves é gozar de boa reputação; c) relativa autonomia da imprensa neste regime político; d) condições do poder político que permitem que transgressões sejam descobertas por rivais e opositores, visto que prevalece neste regime o princípio da lei.

Os escândalos políticos podem envolver questões sexuais, corrupção ligada a questões financeiras, além de questões ligadas ao poder, significando o mau uso ou abuso do poder.

Quais são as consequências dos escândalos políticos? Claro que pessoas são envolvidas, reputações são questionadas, carreiras políticas podem ser destruídas. Porém, o que mais nos chama a atenção é que, em determinadas situações, ocorre a quebra da confiança no papel de certas instituições. A mídia em alguns escândalos exagera em suas observações e avaliações, chegando a generalizar certas atitudes, como se toda a categoria dos políticos

agisse de maneira comum. O político, em alguns momentos, é avaliado negativamente e torna-se sinônimo de corrupção.

2. Eleições de 2006

No dia 29 de outubro de 2006 ocorreram as eleições para Presidente da República, Governadores de estado, deputados estaduais e para a renovação do Congresso Nacional.

As eleições de 2006 apontaram para uma polarização entre a flexibilização da política econômica e o aprofundamento dessa mesma política no tocante a um processo de reformas mais radicais.

O grande trunfo de Lula, nesse período eleitoral, foi que sua política econômica alcançou bons resultados. A adoção de políticas sociais que atingem segmentos mais pobres da população brasileira – Bolsa Família, Prouni – reforçaram a imagem de Lula nesses setores.

Os principais candidatos que disputaram as eleições em 2006 foram: Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, candidato à reeleição; Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo, do PSDB (partido ligado à Opus Dei, ala conservadora da Igreja Católica); Heloisa Helena, do PSOL, ex-senadora pelo PT, expulsa do partido por discordar das posições de Lula no governo; e Cristovam Buarque, do PDT, ex-ministro do governo Lula e ex-petista, tendo sido exonerado de seu cargo através de um telefonema do presidente.

O PSDB optou pela candidatura do ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, após uma série de reuniões restritas à cúpula partidária formada por Fernando Henrique Cardoso, Tasso Jereissatti (ex-governador do estado do Ceará) e Aécio Neves (governador do estado de Minas Gerais). As dificuldades na composição da chapa de Alckmin e os acordos com o PFL demonstraram que tal candidatura já havia nascido enfrentando problemas: de coalizão, de legitimidade e de falta de um programa partidário.

As campanhas eleitorais tentaram desqualificar a gestão do presidente Lula, usando imagens comprometedoras de dirigentes e pessoas ligadas ao PT, e o próprio partido não se encontrava com força política para enfrentar esse

processo eleitoral. Apesar de todos os ataques, Lula ainda permaneceu com uma avaliação positiva do ponto de vista pessoal e de seu governo. A luta política foi travada fundamentalmente entre Lula (PT) e o PSDB (FHC), com Alckmin à frente.

A reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava praticamente ganha, porém a facção política denominada "Campo Majoritário", que controlava a direção do Partido dos Trabalhadores, cometeu um grande erro político: comprou um dossiê que pretensamente continha denúncias de corrupção contra o candidato ao governo do estado de São Paulo, José Serra, do PSDB.

Este escândalo desestruturou a campanha de Lula e provocou o crescimento do candidato de oposição, Geraldo Alckmin, do PSDB, viabilizando a realização do 2º turno das eleições presidenciais.

As alianças políticas estabelecidas no período eleitoral – PMDB, PP, PTB e PL – foram mantidas, e os cargos políticos, distribuídos por todos estes segmentos políticos, que se mostraram em vários momentos infiéis às propostas do governo de Lula. Para conter as dissidências e estabelecer uma política de obediência destes “aliados”, a facção hegemônica do PT – Campo Majoritário – presidida até as eleições de 2002 por José Dirceu, adotou uma prática de “comprar” votos dos parlamentares da base aliada para que eles votassem a favor dos principais projetos de lei encaminhados pelo governo.

O presidente do PTB, Roberto Jefferson, até então aliado do governo petista, viu-se abandonado pelo PT e pelo governo, ao ocorrer uma denúncia de que havia indícios de corrupção envolvendo políticos indicados pelo PTB para ocuparem cargos em órgãos públicos, principalmente no Correio Nacional, órgão ligado ao Ministério das Comunicações. Um funcionário dos correios foi flagrado ao receber “propina” de um empresário para facilitar a tramitação de mercadorias que circulavam por essa área governamental.

O escândalo político envolvendo o PT foi deflagrado depois de Jefferson ter dado uma entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* denunciando o envolvimento do PT em várias práticas irregulares para formação de “caixa 2”, necessário para financiar campanhas eleitorais de candidatos do PT em 2002. Esse

parlamentar também denunciou a existência de um esquema de pagamento aos parlamentares da base aliada para que votassem a favor do governo. Tal prática ficou conhecida como Mensalão, já que envolvia o pagamento mensal para que os projetos mais polêmicos fossem aprovados pela Câmara dos Deputados.

Para apurar tais denúncias, foi instaurada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), formada por senadores e deputados federais. Como resultado das investigações, foram cassados, por falta de decoro parlamentar, Roberto Jefferson (PTB) e José Dirceu (PT). Outros parlamentares denunciados foram absolvidos pelo plenário da Câmara Federal ou renunciaram aos seus mandatos para não serem cassados.

A mídia exerceu um papel fundamental nesse escândalo político ao dar destaque, em suas edições diárias e semanais, às denúncias feitas por “testemunhas”, que englobavam desde a secretária de uma empresa de Publicidade e Propaganda até parlamentares com histórico político comprometido por outras práticas ilícitas em outros momentos da história política brasileira.

Lula, com seu carisma pessoal, conseguiu distanciar sua imagem política do Partido dos Trabalhadores e dos escândalos políticos, provocados pela facção política “Campo Majoritário” do PT, como o Mensalão, a Máfia dos Sanguessugas e o Dossiê Vendolim.

A revista *Veja* lançou capas de revistas que estabeleciam um paralelo entre o *impeachment* do Fernando Collor de Mello e o escândalo do Mensalão durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

Portanto, novamente ocorreu a radicalização dos dois partidos políticos em disputa, o PT e o PSDB, partidos políticos significativos na arena política brasileira, que nasceram no mesmo berço, o das lutas sociais no estado de São Paulo.

Apesar dessa semelhança na origem, enquanto produtos genuinamente paulistas, os dois partidos não se diferenciam na adoção de uma proposta de política econômica, pois uma série de medidas tomadas pelo governo de FHC

foi adotada por Lula no seu primeiro mandato; no entanto, são administradas de forma diferente, sobressaindo-se a forte personalidade política do presidente petista.

O grande trunfo de Lula no período eleitoral de 2006 foi que sua política econômica alcançou bons resultados. A adoção de políticas sociais que atingiram segmentos mais pobres da população brasileira – Bolsa-família, ProUni – reforçam a imagem de Lula nestes setores. A crise política manchou a imagem da PT, enquanto partido ético, e provocou a saída de vários de seus militantes históricos. Lula reagiu à crise culpando os maus petistas. Lula era a única alternativa do partido nessas eleições e tentou construir suas alianças e campanha numa proposta baseada na autonomia programática.

Nas campanhas eleitorais, Lula priorizou as realizações de seu governo, enquanto Geraldo Alckmin fez uso de uma estratégia política criticando Lula e o PT como antiéticos e corruptos, priorizando, assim, um combate pela crítica e não defendendo um programa partidário. A argumentação do candidato da oposição era de que o país precisava crescer, porém não apresentou, para tal, uma proposta consistente e exequível.

E é nesse contexto que Lula consegue vencer as eleições.

Como explicar o comportamento político dos eleitores? Marcos Coimbra, diretor do Instituto Vox Populi, realizou uma série de pesquisas sobre o comportamento dos eleitores e avaliou que existem “Teses equivocadas sobre o voto em Lula” (Revista Carta Capital, 27/09/06): 1ª) o voto em Lula é um voto ‘cínico’ – os eleitores de Lula votam constrangidos, apesar do ‘mensalão’ e de outras acusações de corrupção; 2ª) o voto em Lula é um voto ‘burro’ – os eleitores de Lula são informados e escolarizados e tomam conhecimento de todas as acusações contra o PT e o governo Lula; 3ª) o voto em Lula é um voto ‘manipulado’ – por conta da ‘Bolsa-família’ e outras políticas sociais implementadas pelo governo Lula (na verdade, Lula honrou as promessas de campanha); 4ª) o voto em Lula é um voto ‘nordestino’ – Lula é bem votado no nordeste, mas possui uma repercussão de voto em todas as regiões do país; 5ª) o voto em Lula é um voto de ‘miseráveis’ – Lula obtém votos em outros segmentos também.

Para compreender o voto em Lula, também devemos levar em conta a Teoria da Escolha Racional – existe uma ‘racionalidade’ no comportamento da maior parte dos eleitores. E esta racionalidade corresponde à visão que os eleitores têm da estrutura política em que vivem. A referência de análise é o individualismo metodológico e parte do princípio de que os indivíduos são racionais e objetivam sempre maximizar seus ganhos.

A participação política condiciona-se a uma decisão racional do indivíduo; o condicionante do voto encontra-se na preferência partidária, e o eleitor utiliza a ideologia do partido político como instrumento de informação para minimizar os custos de sua decisão. Segundo a teoria de Anthony Downs sobre a escolha racional, cada indivíduo isoladamente age e reage continuamente em resposta ao que percebe e experimenta em relação à economia. O cidadão responde positivamente à situação quando a economia vai bem, e opta pela oposição quando a economia vai mal. O voto econômico classista refere-se a interesses materiais e ao que o eleitor espera de “ganho” dos governantes. A figura dos candidatos acaba sendo privilegiada pelo “bem-estar”, proporcionado por estes. A racionalidade individual, na escolha eleitoral, considera importante a relação custo/benefício – relação entre mercado econômico e mercado político. Portanto, a teoria da escolha racional demonstra que os cidadãos agem racionalmente nas questões políticas, ou seja, cada cidadão vota no partido que acredita que lhe proporcionará mais benefícios do que qualquer outro. Partidos políticos também são referências. Os eleitores agem racionalmente, de acordo com a informação que recebem ou têm acesso.

Outro fator que explica a vitória de Lula foi a sua desvinculação em relação a esses escândalos. A imagem dele continuou positiva em relação a todos os escândalos. Há um lado muito importante de Lula que é o carisma.

Lula se desvencilhou da imagem negativa do PT e dos escândalos. Houve uma blindagem em torno dele. Mas não foi só o carisma. Em todos os escândalos apresentados, houve uma reação imediata do governo, com a divulgação das propagandas institucionais, uma contraposição. Foi uma estratégia fantástica do ponto de vista da campanha eleitoral. Não se deixava o assunto repercutir de forma demasiada.

A Internet também foi um espaço utilizado amplamente neste processo eleitoral. Os sites dos candidatos e dos partidos políticos que disputaram as eleições presidenciais travaram verdadeiras batalhas virtuais, divulgando fofocas, calúnias, além de fazer uso de imagens, vídeos e charges para combater o rival naquele processo eleitoral. Outra novidade desta campanha foi a circulação de e-mails entre os internautas que repercutiam piadas que visavam difamar e ridicularizar certas candidaturas. Também as comunidades virtuais, como o Orkut gerenciado pela Google, serviram de plataforma política amplamente utilizada pelos dois candidatos – Lula e Alckmin.

Todos os escândalos foram muito próximos ao Lula, mas em todas as situações o Lula foi poupado. Ele sempre negou envolvimento. Isso pesou muito em uma parcela do eleitorado, beneficiário das políticas sociais. Mas existe outra parcela, que desconfiou da culpa, mas achou que deveria se dar outra chance ao PT. Foi o voto constrangido. Não foi o voto cínico, de pessoas mal-informadas, mas foi um voto de pessoas que sabiam o que havia acontecido.

3. Eleições de 2010

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva saiu do governo com uma avaliação extremamente positiva. Segundo o Instituto de Pesquisa Data Folha, 83% dos brasileiros adultos avaliaram sua gestão como ótima ou boa (20/12/2010). O Partido dos Trabalhadores e o governo Lula, conforme já explicitado anteriormente, enfrentaram em 2005, uma grande crise envolvendo as principais lideranças do partido e será neste contexto que serão realizadas as eleições de 2010.

Como explicar a ascensão de Dilma Rousseff enquanto líder política nacional e internacional? Para compreender esta liderança, é importante destacar os antecedentes daquela conjuntura política que possibilitou a candidatura e a vitória de Dilma como presidenta da República.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) escolheu, como candidata à presidência, sua ex-ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que não tinha disputado nenhuma eleição anteriormente, por falta de opção, face aos

escândalos envolvendo as principais lideranças políticas do PT. Ela havia ocupado cargos na administração do ex-governador do Rio Grande do Sul (Leonel Brizola) e também na gestão do presidente Lula. O passado político de Dilma Rousseff foi marcado por ter sido guerrilheira e ter lutado contra a ditadura militar (1964-1985).

Um escândalo político surgiu no período eleitoral. Eunice Guerra, assessora direta de Dilma Rousseff, quando ocupava o cargo de Chefe da Casa Civil do governo Lula, foi acusada de tráfico de influência no governo, beneficiando parentes. No dia 16 de setembro de 2010, Eunice pediu demissão, mas o escândalo já havia feito estragos. A eleição entre Dilma Rousseff, do PT, e José Serra, do PSDB, foi para o 2º turno. A vitória de Dilma foi sofrida após estas denúncias, e a campanha eleitoral teve que ser revista para que a candidata respondesse às acusações.

A escolha pessoal de Lula foi marcada por resistências dentro do próprio PT, porém o nome da candidata foi aprovado, e Dilma Rousseff venceu as eleições presidenciais no segundo turno, derrotando o então candidato José Serra, do PSDB.

Nessas circunstâncias, Dilma Rousseff inicia seu governo, enfrentando dúvidas a respeito de sua capacidade para solucionar os enormes desafios. Nos meios de comunicação nacionais e, principalmente, internacionais, havia uma desconfiança de que a presidenta não teria condições de governar o Brasil nem de atuar no meio político. Tal desconfiança acabou desaparecendo com a aprovação do seu governo nos primeiros meses de seu mandato presidencial.

Sua atuação política conquistou a imprensa nacional e internacional, que a viam agora como uma líder capaz de imprimir uma nova maneira de governar o país. O desempenho da presidenta Dilma, demitindo ministros e funcionários envolvidos em corrupção, fizeram com que ela se destacasse enquanto uma presidenta com voz própria e posturas políticas com sua marca pessoal. Este movimento de desvinculação desses compromissos partidários, a atuação e o

modo de governar autônomo, bem como suas declarações pessoais enquanto presidenta do Brasil, foram aprovados pela imprensa internacional⁴ e nacional.

O governo Dilma seguiu a política econômica e as políticas sociais desenvolvidas durante as duas gestões do governo Lula. A presidenta encontrou vários problemas com sua base parlamentar e disputou a campanha eleitoral de 2014, em busca da reeleição, desestabilizada e com problemas de avaliação de seu governo (35% de aprovação em 01 de setembro de 2014).

O marco divisório dessa situação se deu com as jornadas de junho de 2013, conjuntura política caracterizada pela eclosão de uma série de manifestações sociais – MPS (Movimento do Passe Livre), Black Blocs, movimentos dos Sem teto, dentre outros que questionavam as políticas públicas, a mobilidade urbana, além de outros aspectos. Essas manifestações mobilizaram milhões de pessoas em todas as capitais e em algumas cidades do país. Também devemos considerar as manifestações que também começaram em 2013 e se acentuaram em 2014, com o posicionamento de serem contrárias à realização do Campeonato Mundial de Futebol no Brasil, que aconteceu em junho de 2014. Não podemos desconsiderar que a tais movimentos reivindicatórios se incorporaram setores conservadores e forças que se opunham a essas manifestações e que ressurgiram na conjuntura do processo eleitoral de 2014.

Além dessas jornadas, também estava acontecendo o julgamento dos políticos acusados de receberem o mensalão, políticos do PT, agências de publicidade, funcionários e donos de bancos envolvidos no escândalo. O julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal) começou em 2012 e foi concluído em 2013, com prisões dos envolvidos nesse processo.

Foi nesse contexto político que aconteceram as eleições de 2014.

4. ELEIÇÕES DE 2014

As eleições desse ano foram as mais instáveis e imprevisíveis da história política brasileira. Além das questões apontadas anteriormente, vivenciávamos

⁴ FERNANDES, Carla Montuori. *A liderança da presidente Dilma Rousseff na mídia internacional*. 1. ed. São Paulo: Grupo Editoria Scortecci, 2012.

um período de incertezas e de crítica aos políticos, aos partidos e às instituições políticas de modo geral.

Quais foram os candidatos neste processo eleitoral?

- 1) Aécio Neves – PSDB – vice: Aloysio Nunes Ferreira – Coligação MUDA BRASIL (PSDB / PMN / SD / DEM / PEN / PTN / PTB / PTC / PT do B).
- 2) Dilma Rousseff é candidata à reeleição ao cargo de Presidenta da República pelo PT – vice: Michel Temer (PMDB) Coligação – COM A FORÇA DO POVO (PT / PMDB / PSD / PP / PR / PROS / PDT / PC do B / PRB).
- 3) Eduardo Campos – vice: Marina Silva – Coligação UNIDOS PELO BRASIL (PHS / PRP / PPS / PPL / PSB / PSL).
- 4) Everaldo Pereira é candidato ao cargo de Presidente da República pelo PSC (Partido Social Cristão).
- 5) Luciana Genro – PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).
- 6) Rui Costa Pimenta – PCO (Partido da Causa Operária).
- 7) Eduardo Jorge – PV (Partido Verde).
- 8) José Maria Eymael – PSDC (Partido Social Democrata Cristão).
- 9) José Maria de Almeida – PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado).
- 10) Mauro Luís Iasi – PCB (Partido Comunista Brasileiro).
- 11) Levy Fidelix – PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro).

Lembremos a trajetória política de Eduardo Campos, que saiu da disputa eleitoral após o trágico acidente de avião que provocou a sua morte na cidade de Santos, no litoral paulista, no dia 13 de agosto de 2014. Campos era presidente do PSB desde 2005, partido pelo qual disputaria as próximas eleições e detinha naquele momento cerca de 10% dos votos, segundo as pesquisas mais recentes daquele período, atrás da presidenta Dilma Rousseff (PT) e do senador Aécio Neves (PSDB).

Uma das últimas aparições públicas ocorreu na noite do dia 12 de agosto de 2014, em uma entrevista ao vivo no Jornal Nacional, da Rede Globo. Na ocasião, após ser questionado sobre sua vontade de ser presidente, ele disse:

"Não se trata de ambição. Trata-se de um direito. Numa democracia, qualquer partido pode lançar um candidato". No final da entrevista, falou uma frase que virou o *slogan* da campanha do PSB: "Não vamos desistir do Brasil".

O político foi enterrado no túmulo de seu avô, o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes (1916-2005), no Cemitério de Santo Amaro, em Recife. Era seu principal herdeiro político.

Além de outros cargos políticos e cargos conquistados em eleições majoritárias (governador do estado de Pernambuco) e proporcionais (deputado estadual e federal), foi Ministro da Ciência e Tecnologia entre 2004 e 2006, durante o primeiro mandato da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva.

Na decisão mais surpreendente para essa campanha eleitoral, Campos e Marina Silva decidiram se aliar na corrida à presidência. A ex-senadora procurou o governador após a Justiça barrar a criação do seu partido, a Rede Sustentabilidade, por não haver alcançado o quórum necessário para obter o registro partidário. Para obter legenda partidária para seus correligionários e para permanecer na disputa eleitoral, Marina Silva é lançada como vice na chapa de Eduardo Campos. A pré-candidatura foi lançada em abril de 2014, quando Campos deixou o governo de Pernambuco. A aliança foi considerada controversa por muitos porque os partidos de Campos e Marina defendiam interesses conflitantes.

No levantamento do IBOPE (agosto/2014), Campos tinha 9% das intenções de voto, ante 23% de Aécio Neves (PSDB) e 38% de Dilma Rousseff (PT).

O PSB teve o maior crescimento nas eleições de 2012, por isso poderia fortalecer-se ainda mais em 2014 com a candidatura de Campos, e o PSB teria mais chances de se tornar a terceira via e despolarizar a política brasileira, segundo os objetivos de Eduardo Campos.

Marina Silva, evangélica da Assembleia de Deus, assumiu a candidatura à presidência pelo PSB. Nas eleições de 2010, ela havia sido candidata pelo PV e obteve 19% dos votos. O problema é que, ao ser cabeça de chapa, a candidata despertou divergências internas dentro do PSB, visto que ela não circulava com a mesma desenvoltura por círculos ideológicos diferentes,

incluindo setores influentes do ponto de vista do financiamento de campanha, conforme avaliação de analistas ligados a Eduardo Campos.

A candidatura de Marina Silva provocou mudanças na disputa eleitoral. Aécio Neves perdeu votos, pois a candidata conseguiu agregar, em torno de sua candidatura, os eleitores descontentes com o governo do PT e os que não votariam no PSDB, bem como o seu eleitorado de 2010, última campanha presidencial.

A disputa se deu basicamente entre três candidatos: Dilma Rousseff, do PT, que disputava a reeleição, Aécio Neves, do PSDB, e Marina Silva, do PSB.

O mais interessante e elemento complicador em tais eleições, pelo menos naquele momento, foi o comportamento do eleitor brasileiro, que se manifestou a favor da mudança, mas não sabia para onde nem com quem.

No caso da presidenta Dilma Rousseff, a sua base de apoio foi desmembrada, e o bloco que a acompanhava desde 2010 sofreu uma série de reveses, vide PSB, que lançou candidato próprio. O próprio PMDB, que esteve presente nos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva e no primeiro governo de Dilma Rousseff, tendeu a manter uma neutralidade face ao processo eleitoral, também por conta das eleições estaduais, cuja dinâmica é bem diferenciada das eleições presidenciais.

Lula, nessas eleições, exerceu um papel fundamental para que fosse mantida a coesão partidária (PT), em torno da candidata Dilma. Ocorreu um movimento, dentro do próprio PT, exigindo a volta de Lula como candidato. Lisonjeado, Lula se manifestou a favor de Dilma, e seu comportamento de fortalecer a candidata explica a subida nas pesquisas de preferência do eleitorado naquele momento.

A propaganda veiculada durante a campanha eleitoral do PT chamou a atenção porque trabalhou com imagens fortes do “agora e antes” – o empregado, a mãe que recebe remédios, o trabalhador rural e o agronegócio, etc. Fantasmas do passado foram enfatizados pela propaganda política do PT, com o medo do retrocesso e a volta aos tempos sombrios do governo FHC, segundo a propaganda eleitoral.

A divulgação de uma série de escândalos políticos relacionada ao PSDB e PSB foram esquecidos e omitidos pela imprensa, que se manifestou claramente contra Dilma Rousseff. O escândalo denominado “Operação Lava Jato”, que envolveu corrupção dentro da Petrobras, chegou a desestabilizar a candidatura da presidenta Dilma. Paulo Roberto Costa, ex- diretor de Abastecimento da Petrobras e o doleiro Alberto Yuossef revelaram em depoimento, após fazerem acordo com a Justiça em que teriam direito à Delação Premiada⁵, que os seguintes partidos receberam propina: PT, PP e PMDB. Também acusaram deputados, senadores e governadores de terem se beneficiado do esquema de corrupção montado na empresa estatal. A denúncia se entendeu ao presidente do PSDB, senador Sergio Guerra (morto no começo de 2014), acusado de pedir dinheiro a Paulo Roberto Costa para esvaziar a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Senado que investigava a atuação da Petrobras em Pernambuco no ano de 2009.

No dia 05 de outubro de 2014, foi realizado o 1º turno das eleições e, apesar de todas as pesquisas darem como certa a presença de Marina Silva disputando o 2º turno com Dilma Rousseff, na última semana antes das eleições, as pesquisas revelaram inversão nas preferências: Aécio Neves é que iria para o 2º turno com a candidata do PT.

Como explicar o esvaziamento ou a desidratação da candidatura de Marina Silva? Vejamos:

- 1) Contradições e ambiguidades expressas pela própria candidata, que realizou mudanças no programa partidário do PSB;
- 2) Tensões, confrontos e dissidências dentro do próprio PSB, que não assimilaram Marina Silva como candidata;
- 3) Campanha negativa feita pelos candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves, que contribuíram para desconstruir sua candidatura;

⁵ “Na legislação brasileira, **delação premiada** é um benefício legal concedido a um criminoso delator, que aceite colaborar na investigação ou entregar seus companheiros. Esse benefício é previsto em diversas leis brasileiras: Código Penal, Leis nº 8.072/90 – Crimes Hediondos e equiparados, 9.034/95 – Organizações Criminosas, 7.492/86 – Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, 8.137/90 – Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, 9.613/98 – Lavagem de dinheiro, 9.807/99 – Proteção a Testemunhas, 8.884/94 – Infrações contra a Ordem econômica e 11.343/06 – Drogas e Afins” - http://pt.wikipedia.org/wiki/Dela%C3%A7%C3%A3o_premiada

- 4) Pressão de Silas Malafaia, líder da igreja pentecostal Assembleia de Deus Vitória em Cristo, para que Marina Silva retirasse do programa partidário do PSB as questões do aborto e da união entre homossexuais, dentre outros itens polêmicos;
- 5) Desconfiança dos financiadores da campanha da candidata;
- 6) Fortalecimento da candidatura de Aécio Neves, considerado o candidato mais preparado para enfrentar Dilma Rousseff.

Como explicar o crescimento de Aécio Neves, do PSDB?

- 1) Os votos que iriam para Marina Silva foram deslocados para Aécio. Os eleitores avaliaram que a candidatura de Aécio era mais encorpada, mais viável para concorrer num 2º turno com Dilma;
- 2) Pela primeira vez, desde 2002, o PSDB deu toda a força e apoiou o seu candidato. Aécio assumiu o legado político das gestões do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso;
- 3) O anti-petismo foi incorporado pelo candidato do PSDB, que aglutinou na sua candidatura vários setores de direita e conservadores (Marcos Feliciano, Silas Malafaia, Pastor Everaldo – líderes evangélicos.);
- 4) Aécio Neves recebeu o apoio, no 2º turno de Marina Silva, após 10 dias de indefinição, como também da família de Eduardo Campos e do PSB – que se dividiu, provocando dissidências, dentre elas destacamos a de Roberto Amaral e Luiza Erundina;
- 5) Apoio da imprensa – manchetes sempre destacavam os escândalos. Roberto Jefferson do PTB, condenado por corrupção passiva e lavagem do dinheiro e delator do esquema do mensalão, deu uma entrevista para o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 14 de outubro de 2014, embora fosse proibido de se manifestar, segundo as regras jurídicas.

Neste 2º turno as duas forças políticas, PT e PSDB, radicalizaram a disputa eleitoral, evidenciando a polarização desses partidos. As pesquisas eleitorais indicavam empate técnico entre os dois candidatos. Os embates entre as duas candidaturas foram acirrados. A campanha eleitoral no HGPE, bem como os confrontos nos debates políticos promovidos pelas emissoras de televisão, foi agressiva. Os confrontos também ocorreram nas redes sociais entre eleitores das duas candidaturas.

O eleitorado da Dilma se concentrou nas regiões Norte e Nordeste, enquanto que os eleitores do Aécio se concentraram no Sudeste, Centro-oeste e também no Sul. FHC afirmou, a partir destes resultados eleitorais, que “não é porque são pobres que apoiam o PT, é porque são menos informados”⁶. Lula respondeu a FHC que “é um absurdo que o Nordeste e os nordestinos sejam caracterizados como ignorantes ou desinformados por (causa de) seus votos”⁷ (Dilma foi vencedora em oito dos nove estados da região Nordeste). Os próprios líderes destes partidos em disputa política entraram em confronto constantemente.

No dia 23 de outubro de 2014, véspera do término da campanha eleitoral na televisão e do debate entre os candidatos na TV Globo, a revista *Veja* lança a sua edição com a seguinte manchete: Eles sabiam de tudo.



Em depoimento, o doleiro Alberto Youssef afirmou que Dilma e Lula sabiam de toda a corrupção que vinha ocorrendo na Petrobras.

A manobra “golpista” da *Veja* foi denunciada pela presidente Dilma no último debate promovido pela Rede Globo, no dia 24 de outubro de 2014, e no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral: “Meus amigos e minhas amigas, eu

⁶ <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/06/fhc-pt-cresceu-nos-grotoes-porque-tem-voto-dos-pobres-menos-informados.htm>

⁷ <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/bbc/2014/10/08/lula-critica-internautas-que-atacaram-nordestinos.htm>

gostaria de encerrar minha campanha na TV de outra forma, mas não posso me calar frente a esse ato de terrorismo eleitoral articulado pela revista *Veja* e seus parceiros ocultos. Uma atitude que envergonha a imprensa e agride a nossa tradição democrática. Sem apresentar nenhuma prova concreta e mais uma vez baseando-se em supostas declarações de pessoas do submundo do crime, a revista tenta envolver a mim e ao presidente Lula nos episódios da Petrobras que estão sob investigação da justiça. Todos os eleitores sabem da campanha sistemática que a revista move há anos contra Lula e contra mim, mas dessa vez a *Veja* excedeu todos os limites (...)" (<http://www.mudamais.com/divulgue-verdade/dilma-tem-uma-mensagem-importante-sobre-o-terrorismo-eleitoral-da-revista-veja>).

No dia 26 de outubro de 2014, foi realizado o 2º turno das eleições presidenciais. A presidenta Dilma Rousseff foi reeleita com 51,64% dos votos válidos. Aécio Neves obteve 48,36% dos votos válidos.

No dia 30 de outubro do mesmo ano, o PSDB protocolou no Tribunal Superior Eleitoral uma petição para que fosse aberto “um processo para verificar os sistemas de votação e de totalização dos votos com a criação de comissão de especialistas indicados pelos partidos” (Jornal *O Estado de S. Paulo*, 31/10/14). O pedido foi feito porque o PSDB recebeu denúncias, através das redes sociais, de que ocorreram ‘fatos estranhos’ naquele processo eleitoral.

A auditoria foi repudiada pelo TSE e pelos partidos políticos, que consideraram que o PSDB estava forçando um “3º turno” das eleições. O ministro João Otávio de Noronha, corregedor-geral do TSE, afirmou que: “Não há nada que comprometa a lisura do processo eleitoral” (Jornal *O Estado de S. Paulo*, 01/11/14).

A presidenta Dilma Rousseff tomou posse no dia 01 de janeiro de 2015 e encontrou um Congresso Nacional complexo, com a representação de 28 partidos na Câmara dos Deputados (atualmente temos 32 partidos registrados no TSE), com o crescimento das bancadas mais conservadoras (evangélicos, ruralistas, bancada da “bala”, empresários) e com o decréscimo de uma representação sindical. A base governista de Dilma Rousseff cresceu, porém

não existe fidelidade nem controle sobre a atuação de alguns partidos políticos, visto que, na primeira gestão da presidenta, eles se rebelaram e assumiram uma posição contrária aos projetos apresentados pelo governo.

Estamos acompanhando manifestações contrárias à presidenta Dilma Rousseff e ao PT, não só no Congresso Nacional, mas também manifestações de setores da sociedade brasileira e de uma grande parte da imprensa brasileira. A operação Lava Jato ainda está em andamento, provocou prisões de empresários de empreiteiras citadas pelos ex-diretores da Petrobras. O Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, entregou ao Supremo Tribunal Federal, no dia 03 de março do corrente ano, a lista de políticos envolvidos com o esquema de corrupção da Petrobras, citados pelos delatores. Caberá ao Supremo julgar a culpabilidade e o envolvimento destes políticos nesse escândalo⁸.

5. Bibliografia

- AMARAL, Oswaldo M. E. do. *As mudanças no PT: um estudo dos programas de governo de 1989 e 1998*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC/SP, 2002.
- BEZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará e ANPOCS, 1995.
- CHAIA, Vera. Eleições no Brasil: o medo como estratégia política. In RUBIM (org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre Mídia, Cultura e Política*. São Paulo: A. A. Hacker Editores, 2004.
- CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto: a Imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- FERNANDES, Carla Montuori. *A liderança da presidente Dilma Rousseff na mídia internacional*. 1. ed. São Paulo: Grupo Editoria Scortecci, 2012.

⁸ Artigo concluído em 15 de março de 2015.

- FIGUEIREDO, M; ALDÉ, A; DIAS, H.; JORGE, W. Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. *Revista Opinião Pública*, Campinas, CESOP, Unicamp, vol. IV, nº 3, nov/97.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social Democracia*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SHAPIRO, Robert Y. et alii. Influência da mídia no apoio a candidatos à Presidência em eleições primárias: teoria, método e evidência. *Revista Opinião Pública*, Campinas, Cesop, Unicamp, ano II, vol. II, nº 1, junho/94.
- THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- THOMPSON, John B. *O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

Jornais

- Folha de S.Paulo* – 1989 a 2014.
O Estado de S.Paulo – 1989 a 2014.

Revistas

- Carta Capital*
Época
IstoÉ
Veja

Propagandas Eleitorais

- Programas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral –1989 a 2014.